ISSN: 1519-7816

ESTUDO DE CASO DA PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAPANIM/PA

Ivaldo Glauber Brito das Neves
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Pará
ivaldo9gn@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0006-8186-6990

Carlos Alexandre Leão Bordalo
Prof. Dr. Programa Pós-Graduação em Geografia da UFPA
carlosalbordalo@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8459-7355

Resumo

O estudo teve como objetivo geral aprofundar a compreensão da governança participativa da água no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, que está localizado em 12 municípios paraenses. Para isso, analisou-se as trajetórias dos membros, suas motivações e conexões com as comunidades locais, além do papel na formulação de políticas e resolução de conflitos hídricos. Por meio da aplicação de formulário online e revisão bibliográfica de documentos relativos à construção do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, revelou-se desafios na conscientização sobre o Comitê e na valorização da Bacia pelos cidadãos de cada cidade. Apesar dos esforços para mitigar impactos ambientais, a falta de recursos e mão de obra limitam a realização de ações plenas em todas as localidades que a bacia está inserida. Além disso, a luta contra os interesses políticos em cada cidade é muito grande. Destacou-se a importância da gestão participativa da água para políticas eficazes e adaptadas às necessidades locais, promovendo preservação ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Palavras-Chave: Comitê de Bacia Hidrográfica. Desenvolvimento sustentável. Construção coletiva.

CASE STUDY OF THE PERCEPTION AND PARTICIPATION OF MEMBERS OF THE MARAPANIM RIVER/PA WATER BASIN COMMITTEE

Abstract

The study aimed to deepen the understanding of participatory water governance in the Marapanim River Basin Committee, which is located in 12 municipalities of Pará. To achieve this, the trajectories of the members, their motivations, and their connections with local communities were analyzed, as well as their roles in policy formulation and water conflict resolution. Through the application of an online questionnaire and a bibliographic review of documents related to the construction of the Marapanim River Basin Committee, challenges in raising awareness about the Committee and valuing the Basin among citizens of each city were revealed. Despite efforts to mitigate environmental impacts, the lack of resources and manpower limits the full implementation of actions in all localities within the basin. Additionally, the struggle against political interests in each city is significant. The importance of participatory water management for effective policies adapted to local needs was highlighted, promoting environmental preservation and sustainable development in the Amazon.

Keywords: River Basin Committee. Sustainable development. Collective construction.

INTRODUÇÃO

A gestão eficaz dos recursos hídricos é um desafio crucial para comunidades que dependem da preservação e manejo sustentável de suas bacias hidrográficas. No cenário específico da Bacia Hidrográfica de Marapanim, localizada parcialmente em 12 municípios paraenses: Castanhal, Curuçá, Terra Alta, São Francisco, Igarapé- Açu, Maracanã, Magalhães Barata, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano, Vigia de Nazaré e Marapanim, o Comitê da Bacia desempenha um papel fundamental na tomada de decisões que afetam diretamente a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos na região (SILVA JUNIOR *et., al,* 2023).

De acordo com Bentes *et., al* (2021), a gestão participativa da água emerge como um catalisador essencial para a implementação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades locais. A relevância dessa abordagem ganha ainda mais destaque quando consideramos as peculiaridades intrínsecas de cada região, bem como as demandas específicas das comunidades locais. Ao adotar uma abordagem participativa, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica de Marapanim têm a oportunidade de colaborar de forma ativa e direta na construção de soluções que reflitam a diversidade e complexidade dos desafios enfrentados.

Na Amazônia, uma região rica em biodiversidade, a governança participativa da água surge como uma ferramenta estratégica para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. A complexidade dos ecossistemas amazônicos, aliada à diversidade cultural das comunidades que ali habitam, demanda uma abordagem flexível e adaptativa. A colaboração estreita entre os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica e as comunidades locais não apenas fortalece os laços sociais, mas também fomenta a conscientização ambiental e a responsabilidade compartilhada na preservação dos recursos naturais.

De acordo com dados do PRODES/ INPE (2017) a bacia do rio Marapanim sofreu grande pressão sobre sua cobertura vegetal durante o processo de ocupação territorial, o que resultou em 80% de sua área desflorestada até o ano de 2017.

Nas falas de Almeida *et al* (2016), que se trata de um revisão cujo conteúdo ainda faz sentido para esta análise, tendo como base os dados do projeto *TerraClass* do ano de 2008, coloca que as áreas da bacia do rio Marapanim, são ocupadas em sua maioria por pastagens (441,34 Km2), mosaicos de ocupação (579,17 Km2) e pequenos fragmentos de floresta, o que

diretamente, de acordo com Nicolodi *et al* (2009) põe em risco os recursos hídricos existentes nesse espaço, por meio do assoreamento de seus igarapés, o desmatamento desenfreado e sem controle das nascentes e, também promovidos pelo descarte quer dos efluentes domésticos quer industriais sem tratamento adequado nos cursos d'água que forma a bacia em questão. Nesse sentido, sendo necessário que haja políticas públicas e ações que diretamente podem auxiliar na gerencia dessa bacia.

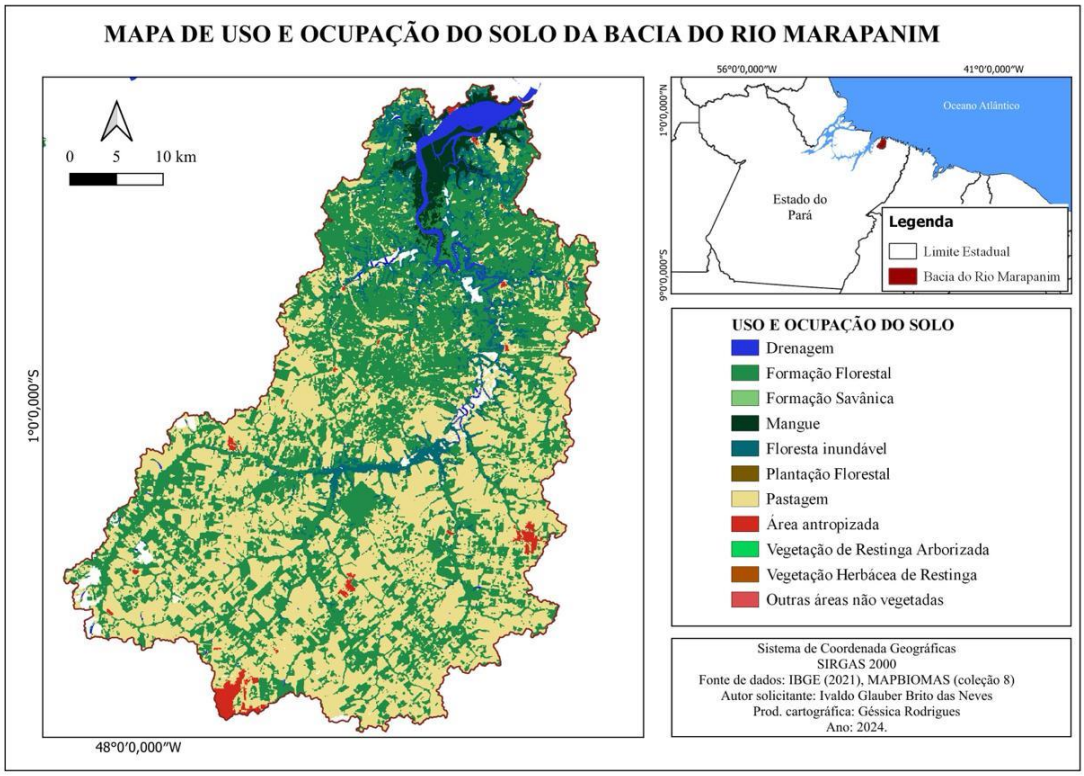
As políticas públicas ambientais vieram corroborar para que o meio ambiente seja considerado como uma teia de relações interdependentes, associadas às políticas públicas de saúde, de saneamento básico, as políticas públicas culturais, as políticas públicas da assistência social, enfim, hoje, crê-se, que as discussões pertinentes a sociedade não podem ser tratadas em monólogo, mas, numa conversa com diversas personagens, cada uma com suas características, particularidades e peculiaridades, mas que em conjunto, é melhor compreendida e interpretada.

Entende-se que as políticas públicas precisam ser repensadas com base em novos paradigmas, para unificar os princípios da economia com a realidade ambiental e social, adquirindo assim, caminhos novos de sustentabilidade dessas políticas públicas. (Medeiros, 2006 *apud* TDR, 2022).

É de extrema necessidade ter conhecimento de que a bacia hidrográfica do rio Marapanim possui duas Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável que são as Reservas Extrativistas Marinhas Cuinarana e Mestre Lucindo que permitem em sua área a exploração e o aproveitamento econômico direto dos recursos de forma planejada e regulamentada.

Segundo os dados extraídos do monitoramento da cobertura e do uso da terra do Brasil (IBGE, 2016), as classes que predominam na BHRM são ocupações em área florestal, pastagem com manejo e vegetação florestal (Tabela 1). Podemos fazer uma associação com a figura 1, onde vemos o mapa de uso e ocupação do solo da bacia do rio Marapanim.

Figura 1 – Mapa de uso e ocupação do solo.



Fonte: Autoria própria.

Tabela 1: Cobertura e uso da terra BHRM

Cobertura e uso da Terra	Área (km^2)
Ocupação em área florestal	1392,09
Vegetação florestal	203,99
Pastagem com manejo	493,81
Área agrícola	49,83
Vegetação campestre	38,05
Corpo d'água continental	20,13
Área artificial	18,67
Ocupação em área campestre	5,18
Total	**2221,75**

Fonte: Termo de Referência - TDR. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim/PA (2022).

De acordo com o documento (Termo de Referência do CBHRM/2022) os dados do Cadastro de Outorgas da SEMAS/PA, há o total de 172 atos autorizativos para o uso dos recursos hídricos (outorgas de direito, declarações de dispensa de outorga e outorgas prévias) na BHRM, dos quais 161 são para captação subterrânea, 10 para captação superficial, e somente 1 para diluição de lançamento de efluentes (Tabelas 2 e 3).

O documento TDR/2022, mostra que a finalidade de uso predominante em termos de vazão outorga para captação subterrânea é o abastecimento humano, com o total de 585,58 m3/dia, seguida de uso industrial, com 451 m3/dia e de abastecimento público com 377,01 m3/dia (Tabela 2). Para captação superficial (Tabela 3), destacam-se os usos para dessedentação de animais (13.087,05 m3/dia) e para irrigação (11.250,902m3/dia). Vale ressaltar que há apenas 1 autorização para diluição de lançamento de efluentes na BHRM, com vazão outorgada de 450 m3/dia.

Tabela 2: Relação da finalidade de uso, número de atos autorizativos e vazão outorgada para a tipologia de captação subterrânea.

Finalidade de uso	N° de atos autorizativos	Vazão total Outorgada (m3/dia)
Captação Subterrânea		
Abastecimento Humano	62	585,58
Industrial	36	451
Abastecimento Público	10	377,01
Irrigação	5	200,37
Dessedentação de Animais	5	168,08
Construção de Condomínios e Demais Edificações	3	64,09
Limpeza em Geral	2	57,78
Paisagismo	2	27,49
Total	**161**	**8.534,02**

Fonte: Termo de Referência - TDR. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim/PA (2022).

Tabela 3: Relação da finalidade de uso, número de processos outorgados e vazão outorgada para tipologia de captação superficial e de diluição de lançamento de efluentes.

Finalidade de Uso	N° de Atos	Vazão Total Outorgada
Captação Superficial		
Dessedentação de Animais	2	13.087,5
Irrigação	3	11.250,9
Recreação	1	69
Industrial	1	20
Total	**10**	**24.427,40**
Diluição de Lançamento de Efluentes		
Diluição de efluente industrial	1	450
Total	**1**	**450**

Fonte: Termo de Referência - TDR. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim/PA (2022).

No que diz respeito aos usos dos recursos hídricos regularizados na BHRM, segundo o TDR/2022, tem-se um total de 170 atos autorizativos (outorgas de direito, declarações de dispensa de outorga e outorgas prévias), dos quais 154 são para captação subterrânea, 15 para captação superficial e somente 1 para diluição de lançamento de efluentes, ou seja o quantitativo de usuários regularizados ainda é muito baixo considerando a dimensão da bacia, o que reforça a necessidade de intensificação de ações fiscalizatórias.

De acordo com indicadores de criticidade hídrica, o TDR-2022 mostra que um dos principais epicentros da mancha de criticidade hídrica identificado pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH/PA, está localizado na região nordeste do estado, paralelamente a esta constatação, este órgão gestor tem se mostrado sensível também aos apelos da sociedade civil organizada que tem buscado o órgão gestor e solicitado apoio no desenvolvimento e maturação dos instrumentos de gestão nesta região do estado, dentre eles destaca-se o Comitê de Bacia. Desta maneira, torna-se necessária a efetivação de ações de forma a apoiar o desenvolvimento de um ambiente regulatório onde os usos múltiplos possam se dar de modo harmônico na referida Bacia.

O Comitê da Bacia do Rio Marapanim foi criado pelo Decreto n°. 288, de 3 de setembro de 2019 e deverá colaborar com os estudos e análise de todos os documentos produzidos pelas entidades, locais e regionais com dados de interesse para o Plano de Bacia. Além de acompanhar as etapas necessárias para a construção dos termos de referência, da

contratação e da elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim de modo a atuar de maneira participativa em favor de um pacto pelas águas a fim de garantir seus usos múltiplos (Marapanim, 2016).

Importante lembrar que o CBHRM (Decreto nº 288/2019) é o primeiro a ser reconhecido oficialmente em território paraense, sua criação partiu do reconhecimento por parte dos usuários daquela bacia, de haver importantes conflitos pelo uso indiscriminado dos recursos naturais, entre eles, o recurso hídrico, causando entre outras consequências desequilíbrio ambiental e econômico pela carência de intervenções regulatórias/fiscalizatórias na bacia, cabendo o uso desta ferramenta de ordenamento e planejamento por sobre os corpos d'água daquela bacia a fim de que os conflitos possam ser controlados de modo mais eficiente.

Portanto, o comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim desempenha um papel crucial na sustentabilidade das atividades humanas e no desenvolvimento econômico da região da bacia, destacando a importância de uma abordagem cuidadosa e integrada para garantir a disponibilidade e qualidade da água para as gerações presentes e futuras.

Este estudo de caso visa aprofundar a compreensão da influência e atuação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica de Marapanim. Analisaremos as trajetórias coletivas dos membros, explorando suas motivações, experiências e conexões com as comunidades locais. Além disso, investigaremos como esses membros desempenham um papel ativo na formulação de políticas, na implementação de práticas sustentáveis e na resolução de conflitos relacionados à gestão dos recursos hídricos, através de entrevistas e coletas de dados.

Ao compreender as dinâmicas internas do Comitê, pretendemos identificar as principais forças impulsionadoras por trás das decisões tomadas, avaliando como essas escolhas impactam o equilíbrio ecológico, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida das comunidades na Bacia de Marapanim.

Com as entrevistas, esperamos que seja possível trazer à tona a realidade e percepção dos membros do Comitê, utilizando referenciais teóricos para correlacionar o que for observado nas respostas obtidas.

Dessa forma, tem-se como objetivo geral, trazer uma visão aprofundada acerca do papel dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica de Marapanim, buscando contribuir para uma compreensão mais holística da governança da água nesta região específica e servindo como um guia para aprimorar práticas futuras de gestão hídrica em outras áreas.

METODOLOGIA

A construção deste artigo teve a utilização do método qualitativo, onde se mostra mais preocupação pelo processo do que pelo resultado em si, o pesquisador se interessa em como determinado fenômeno se manifesta nas atividades e interações diárias (Godoy, 1995). Do ponto de vista qualitativo, o pesquisador é o instrumento fundamental para que o trabalho ocorra plenamente (Godoy, 1995).

A pesquisa foi realizada através da técnica de análise documental, que segundo Godoy (1995, p.21) a mesma acontece quando pesquisador analisa materiais e documentos, possibilitando ao pesquisador que guie sua pesquisa considerando enfoques diferenciados. Documentos são fontes importantes de informação registradas por um longo período de tempo. Outra técnica utilizada é a pesquisa bibliográfica, onde, segundo Gil (2002, p. 22) é desempenhada:

Com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p. 22).

Então, buscou-se realizar a pesquisa atendo-se a outros estudos já realizados, analisando-os intrinsecamente para obter um diagnóstico daquilo que se está procurando. Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), um mesmo texto pode significar inúmeras coisas, por isso deve-se tomar cuidado especial com os seguintes aspectos:

(a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo;

(b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor;

(c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes;

(d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

Para realizar um estudo de caso pleno, serão realizadas entrevistas online com membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim. Com base nas entrevistas realizadas, vai ser possível construir os resultados desse estudo de caso. Conforme Yin (2001)

o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens especificas de coletas e análise de dados.

Para Oliveira (2016), a entrevista é um encontro profissional entre duas pessoas, com o objetivo de uma delas obter informações sobre um tema específico por meio de uma conversa. É uma técnica empregada na pesquisa social para a aquisição de dados ou para contribuir no diagnóstico e tratamento de questões sociais, dessa maneira, como a atividade será presencial, encaixa-se com o que se buscou.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O formulário online foi disponibilizado através do link https://forms.gle/VENU2PbgSN7EYJBZ9 durante o período de 01/03/2024 a 15/03/2024, onde foi possível contar com 9 respostas de membros do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim.

As perguntas construídas no formulário foram todas abertas, onde cada membro poderia responder de maneira livre. Desta maneira, neste tópico, não será possível construir gráficos ou resumos de respostas, mas buscaremos trazer trechos das respostas entregues no formulário.

Para a primeira pergunta “1. Como os membros do comitê foram selecionados e qual é a sua representatividade na comunidade local?”, uma das respostas citou “Foram mobilizados por uma Comissão Organizadora que visitou os municípios pertencentes a Bacia” enquanto outra disse “Através de mobilização nos 12 municípios que compõem o colegiado e sua representatividade é de mediação de conflitos voltados a gestão das águas na bacia do rio Marapanim”. Dessa forma, observamos que os membros foram escolhidos através de sua importância e representação nos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim.

De fato, a mobilização para a criação do CBHRM envolveu o território de 12 municíoss num movimento denominado de pré conferências municipais para a criação do comitê da bacia hidrográfica do Rio Marapanim, culminando de 19 de dezembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016. Foi um movimento importante na medida em que centralizou o debate nos conflitos existentes na área da bacia. O quadro a seguir sintetiza a conjuntura à época.

Quadro 1 – Conjuntura da construção do CBHRM

MUNICÍPIO	DATA DA PRÉ-CONFERÊNCIA	SITUAÇÃO

Marapanim	19 de dezembro de 2015	Pesca predatória, assoreamento, destruição das nascentes e das matas ciliares.
São Francisco do Pará	25 de janeiro de 2016	Pesca predatória, assoreamento, destruição das nascentes e das matas ciliares.
Maracanã	03 de fevereiro de 2016	Necessidade de criação de um comitê de Bacia Hidrográfica
Terra Alta	05 de fevereiro de 2016	Crescimento urbano, ocupação desordenada, assoreamento dos igarapés, destruição das nascentes, derrubada da mata ciliar etc.
Magalhães Barata	11 de fevereiro de 2016	-Estado agonizante de vários igarapés e rios que integram a bacia do Marapanim no município da região do salgado. Entre os citados estão: Castelão, Simpatia, Patazana, Rio do Meio, Trec, Paysandu, Apé, Açaí e Açaizinho. -Desmatamento da Mata Ciliar na Comunidade de Herculano Bentes
Castanhal	17 de fevereiro de 2016	Destruição das nascentes nas fazendas, falta de educação ambiental, poluição do rio maçaranduba afluente do rio Marapanim na agrovila de Santa Terezinha, despejo de resíduos das fábricas de dendê e da fábrica da empresa SOCOCO a menos de 100 metros do rio.
Curuçá	18 de fevereiro de 2016	Fragilidade e vulnerabilidade da região costeira
Santa Isabel do Pará	22 de fevereiro de 2016	Queima de capoeira
	24 de fevereiro de 2016	-Desaparecimento de vários cursos d`águas nos últimos 40 anos.
São Caetano de Odivelas	25 de fevereiro de 2016	Destruição do mangue
Vigia de Nazaré	26 de fevereiro de 2016	Impactos ambientais sobre os rios, igarapés e cursos d'água provocados pela extração de areia Grandes projetos agrícolas de produção do coco e de reflorestamento com paricá são apontados como causadores de destruição de nascentes
Santo Antônio do Tauá	29 de fevereiro de 2016	Uso indiscriminado de agrotóxico

Fonte: Elaborada pelo autor/2024

No contexto de realização das pré conferencias, trabalhadores que vivem na região da bacia do Marapanim indicaram os conflitos socioambientais que ocorrem naquela área. Pecuária, agricultura, indústria, urbanização e crescimento desordenado tem se chocado com os cursos d'água, degradando um dos grandes patrimônios naturais da região – o Rio Marapanim e seus afluentes. A partir dos anos 1990 até os dias atuais ocorreu um processo de territorialização de empresas com capital internacional em diversos setores econômicos, que instalaram suas produções de commodities, como de dendê, açaí, agroindústria animal, dentre outras. (Gualberto, 2009 *apud* Mendes, 2020). Se procurarmos desbravar a memória de narradores que vivem na região da bacia do Marapanim, Albuquerque (2016, p.30) revela que na Amazônia a memória é constantemente atualizada pela oralidade motivo pelo qual ela se configura como fonte viva de informações para a reconstrução de um dado momento histórico.

Oliveira (2000) mostra que na paisagem podem ser observados os elementos naturais como o solo, o relevo, a água, a vegetação, os animais e o próprio homem, e os elementos construídos, a exemplo das cidades, dos campos de cultivo, das estradas e das indústrias. Podem ainda ser apontados os elementos não visíveis, que são os processos como o geomorfológico, o climático, as técnicas e o conhecimento. Tal realidade se aproxima de estudos sobre percepção, a relação entre o comportamento humano e o meio ambiente e a influencia de suas crenças e valores nessa relação. Isso tem a ver com a cultura que passa a ser percebida como um componente diverso em constante evolução, ou seja, como os significados do mundo natural são socialmente construídos e assim são fundamentais para a compreensão do estudo da paisagem que desde a década de 1970, avançou de forma significativa nos debates geográficos, como constructo da nossa apreensão mediada pela consciência. As crenças e a imaginação coletiva enquanto valores compartilhados elucidam essa relação. (Oliveira, 2009; Melo, 2003 *apud* Teles, 2016, p. 44)

Estudos sobre percepção promoveram rupturas na perspectiva de superar a dicotomia entre o físico e o humano, concreto e abstrato, real e simbólico e demais questões que separam os conhecimentos cognitivos advindos das experiências vividas no cotidiano, do conhecimento cunhado na ciência. A corrente humanística ou da percepção também influenciou a Geografia. Ela se diferencia das demais correntes por se preocupar em verificar a apreensão da essência, pela percepção e pela intuição. Sua base é a fenomenologia, caracterizada por utilizar fundamentalmente a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. (Callai, *et. al*. 2001). São experiencias mediadas, individual e coletivamente por meio da

representação que se cria através da construção de relações com o ambiente e o grupo social que o circunda. Vista de forma holística a realidade interpretada a partir de fenômenos observados e percebidos pelos indivíduos, contribui significativamente para os estudos ambientais.

Já na segunda pergunta "2. Quais são as principais responsabilidades e funções dos membros do comitê em relação à gestão da bacia hidrográfica?", tivemos algumas respostas, onde destacamos as seguintes: "Avaliar o processo de desenvolvimento do território, propor ações e projetos sob os princípios da sustentabilidade, acompanhar, monitorar e avaliar a execução de projetos e ações, especialmente, aqueles contidos no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia, que deverá ser, *participativamente*, construído". Nessa resposta conseguimos ter um pleno vislumbre das funções dos membros do comitê, onde são descritas as funções executadas por cada membro. Contudo, em uma das respostas vemos que debate é muito válido e respeitado dentro do comitê: "Tem uma mesa diretora que reúne, ouve e delibera. Discutimos todos os problemas envolvendo a bacia e o desenvolvimento sustentável"

O comitê de bacias pode ser considerado uma nova forma de participação, entendida como consultiva, ou seja, funcionam como uma instancia de consulta à sociedade podendo suas decisões ser ou não, implementadas. Eia a diferença, os comitês de bacias diferem de outras formas de participação previstas nas demais políticas públicas, pois tem como atribuição legal deliberar sobre a gestão da água fazendo isso de forma compartilhada com o poder público. (ANA, 2011, p.18). o Decreto de nº 288, de 3 de outubro de 2019, criou o primeiro comitê de bacia hidrográfica do Estado do Pará – o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim/CBHRM.

O comitê de bacia é composto por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários da água. Esta composição visa a garantir a todos os integrantes o mesmo poder de deliberação na tomada de decisão que influenciarão na melhoria dos recursos hídricos, na qualidade de vida da região da bacia e em seu desenvolvimento sustentável. O exemplo a seguir ilustra esse contexto: Poder Público: são representantes da União, do Estado e do município; Usuários da Água; é toda pessoa física ou jurídica que utiliza a água para seu uso, captação e/ou lançamento de resíduos, que precisa de outorga para usar a água; Sociedade Civil: é representada pelas pessoas ligadas às associações, organizações técnicas e de ensino, não-governamentais, entre outras sem fins lucrativos, reconhecidas pelo Conselho

Estadual de Recursos Hídricos (CERH) com interesse na conservação e na recuperação da bacia hidrográfica.

As atividades exercidas pelo CBHRM são as seguintes: a) Deliberativas: arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso da água, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos, estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo; b) Propositivas: acompanhar o plano de execução dos recursos hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas, indicar a agência de água para a aprovação do conselho de recursos hídricos competente, propor os usos não-outorgáveis ou de pouca expressão ao conselho de recursos hídricos competente, escolher a alternativa para enquadramento dos corpos d'água e encaminhá-la aos conselhos de recursos hídricos competentes; c) Consultivas: Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes. (ANA, 2011, p. 30)

A concepção da bacia hidrográfica como unidade de gestão da água ganhou um novo estatuto dentro do campo de recursos hídricos, pelo fato de esse território ser considerado a unidade em que se dará a gestão das águas, isto é, como possuidor de um arcabouço institucional próprio para a administração e deliberação sobre o uso dos recursos hídricos. Existem algumas fragilidades na incorporação da bacia como unidade de gestão. Isso ocorre pelo fato de se tratar de um redelineamento territorial que se sobrepõe às divisões político-administrativas tradicionais entre municípios, estados e países. A nova unidade territorial de gestão criada inclina-se como um potencial gerador de conflitos. Para o caso brasileiro, em que os municípios se caracterizam com forte estrutura administrativa, político e jurídica a arena de conflitos está armada.

Conforme Cardoso (2003) alianças políticas em torno da água não necessariamente se estruturam a partir dessa organização geográfica. Problemas como abundância quantitativa/qualitativa de recursos hídricos; a extensão territorial do Estado/tamanho/extensão dos corpos hídricos; o baixo índice de organização intermunicipal; o baixo nível de articulação entre as diferentes esferas do poder público e com a sociedade; a centralização das decisões sobre gestão de recursos hídricos no órgão gestor; a insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos destinados a gestão de recursos hídricos; a divergência dos interesses de conservação ambiental com relação a outros interesses políticos partidários; o pouco reconhecimento dos dispositivos legais, dos instrumentos e do sistema de gestão da política por parte de outros órgãos governamentais, da sociedade civil e dos

usuários; a falta de integração entre gestão ambiental e a gestão dos recursos hídricos e a baixa valorização dos técnicos em gestão ambiental (Cirilo, 2019, p.182-187) são problemas conjunturais, que desafiam compreender a gestão dos recursos hídricos num cenário de abundancia da água.

Os problemas mencionados acima extrapolam os limites da bacia e consequentemente a configuração dos atores envolvidos tem outro formato. De um lado, temos as identidades sociais e as áreas de atuação das instituições seguem lógicas próprias de recorte territorial que embora muitas vezes englobe vários municípios, dificilmente correspondem aos limites de uma bacia hidrográfica. Num outro prisma, a diversidade de atores que estão trabalhando na gestão da bacia, possui percepções espaciais calcadas em outras referencias territoriais. A referencia da bacia terá necessariamente que ser construída e disputada com as unidades e percepções já existentes. (Cardoso, 2003, p.71)

Já na terceira pergunta "3. Como o comitê interage com órgãos governamentais e outras partes interessadas para promover a conservação da bacia?" tivemos uma resposta que atende plenamente a questão: "O comitê é um ente do governo estadual, logo a própria SEMAS deve buscar apoiar irrestritamente o comitê para que o mesmo possa ter condições de desenvolver a conservação de sua bacia", ou seja, o comitê está estabelecido por lei, e tem papel importante dentro dos projetos de Desenvolvimento Sustentável da Bacia.

Considerando Silva Júnior (2023, p.129) supõe-se que as ideias que dão sentido aos fundamentos da Política de Recursos Hídricos são dominadas por valores macroeconômicos neoliberais e desenvolvimentistas, inclusive a política estadual de recursos hídricos do Pará. Referenciando o CBHRM seu desafio é se estabelecer como tal, a partir da intermediação das ideias globais da política de recursos hídricos com as realidades locais, interpretando e reinterpretando as normas. O comitê representa a oportunidade de consolidar o caráter descentralizador e participativo da lei, o qual pode (re) organizar o sistema gerenciamento, legitimar o poder local e dar uma resposta aos problemas de uso da água.

Ao analisar a relação cooperativa entre Estado e sociedade civil é necessário está alerta e ter cuidado com o predomínio político dos interesses estatais sobre os movimentos sociais, através de condutas clientelistas e corporativistas (Gohn, 2010 *apud* Cirilo, 2019). Para a autora:

> Este controle compromete a autonomia política e a capacidade de influência da sociedade civil sobre a natureza e alcance de programas e projetos de governo. Há uma clara diferença entre movimentos sociais criados pela sociedade civil e a

> mobilização da sociedade civil promovida pelo estado (Gohn, 2010 *apud* Cirilo, 2019, p.30).

A autora esclarece que a mobilização social não é protagonizada pela sociedade civil, e sim orientada principalmente por uma demanda do Estado, como é o caso dos conselhos gestores de políticas públicas, que possuem maior probabilidade de sofrer interferência estatal direta, atendendo a estruturas convencionais de poder (Dagnino, 2002 *apud* Cirilo, 2019, p.41). O fato de os conselhos gestores se constituir como espaços de maior acesso à atuação da sociedade civil podem também tornar-se um elemento tático para consolidação de planos de governo (Fuks; Perissinotto; Ribeiro, 2003 *apud* Cirilo, 2019, p.41).

Considerando o espaço de entidades de base como o comitê da bacia do Rio Marapanim, Cirilo (2019, p.41) chama a atenção para os espaços de racionalidade cooperativa.

> Se antes da reforma democrática, a sociedade civil divergia de aspectos da gestão do Estado, agora são disponibilizados espaços onde a racionalidade deve ser cooperativa. Esses espaços, contudo, não foram concebidos de forma voluntária e branda pelo Estado, e sim conquistados na década de 1980 pelos movimentos sociais e pela vontade de diferentes setores políticos no país (Avritzer, 2006 *apud* Cirilo, 2019, p.42).

Um dos integrantes da coordenação do CBHRM relatou informalmente o seguinte: *seria muito bom se realmente existisse paridade, se as coisas fossem de igual para igual.* Cirilo (2019, P.42) orienta que a criação de um espaço estatal que se pretende democrático e a nomeação paritária de diferentes campos sociais não dá garantia que a participação seja eficiente. É necessário que sejam também paritários o acesso às informações e também conhecimento técnico, tempo disponível, estrutura e desempenho na gestão deste espaço, ou seja, o necessário fomento à busca de uma igualdade participativa. A autora analisa ainda que, inclusive, a disponibilização privilegiada de informações é uma prerrogativa presente na rotina de altos escalões governamentais que podem decidir escondê-la, fragmentá-la, forjá-la. É o que origina a chamada participação passiva.

Em relação a participação passiva, adverte-se que isso ocorre da seguinte maneira: *embora o membro faça parte daquele espaço ou grupo dito participativo, ele não atua e não toma decisões, seja por livre escolha, desencorajamento ou incapacidade, sendo apenas informado sobre o andamento da gestão.* Ocorre dessa forma os lugares delimitados por relações verticalizadas , nesse caso:

> O Estado atua dependendo da estrutura governamental e do delineamento político – em caráter autocrático, negando o reconhecimento do papel da sociedade civil na deliberação e controle das políticas públicas e resistindo ao modelo cooparticipativo de gestão. Para que a gestão participativa aconteça é preciso avançar na mudança de comportamentos tradicionalistas centralizadores, que ora obedecem a regras burocráticas, ora atendem aos sistemas de poder (Almeida e Tatagiba, 2012 *apud* Cirilo, 2019, p. 42).

Essa é infelizmente uma realidade visível em nosso Estado. Um contexto político gerado pelas relações de poder ou de conveniência mesmo considerando um avanço dos espaços de representação e do pluralismo de seus membros, ainda assim impera a fragilidade dos direitos civis que atua com dificuldade do acesso da população aos serviços público, ausência de transparência, uso da máquina e dos recursos públicos para determinados grupos, com grupos favorecidos impunes e na existência de leis excludentes (Granja; Warner, 2006 *apud* Cirilo, 2019, p. 42).

Na próxima pergunta, temos que "4. Quais são os desafios mais significativos enfrentados pelos membros do comitê na busca pela preservação da bacia hidrográfica?", observa-se que as maiores dificuldades se encontram na conscientização da importância da existência do comitê, como visto na resposta "As dificuldades são muitas, mas a de que não queriam criar o comitê foi grande", nessa resposta observamos que deve ter havido um grande embate sobre se a necessidade do comitê na região. Diversas teorias podem ser criadas, mas a influência de empresas que tinham interesse em explorar deve ter se mostrado presente. Outra resposta nos faz ver que até mesmo os habitantes dos municípios próximos da Bacia ainda precisam aprender a valorizar a mesma "Acredito que a inclusão de debates nos municípios sobre a importância da Bacia é um dos desafios, desapertar o interesse sobre o assunto"

Falar de comitê de bacia hidrográfica é compreender inicialmente que existem conflitos pelo uso da água na área de abrangência da bacia hidrográfica. (ANA, 2011, p.15). Mendes *et.al* (2021) explica que algumas demandas surgiram e competem águas, as vezes, escassas e decretando os conflitos entre os usuários. As demandas podem ser classificadas como:

> Infraestrutura social: Refere-se à demanda geral da sociedade por água como produto final, como o abastecimento público em áreas urbanas e rurais; agricultura e aquicultura: Refere-se a demanda por água como produto de consumo intermediário e visa criar condições ambientais adequadas para o desenvolvimento de espécies animais e vegetais de interesse da sociedade, como a irrigação em áreas de cultivo de soja; industrial: Demanda por atividades industriais e de processamento de energia em que a água entra como um produto de consumo intermediário; lazer e

> turismo: Se concentra na paisagem, se esta corresponde aos anseios de seus visitantes ou se a água é própria para o banho (Mendes *et. al,* 2021).

Esses tipos de uso podem ser classificados entre consuntivos e não-consuntivos. Os consuntivos em atividades que retiram água da natureza diretamente para o uso, como na irrigação, na indústria e no abastecimento humano. Ao retirar água dos mananciais podem gerar da quantidade do recurso hídrico. Já os não-consuntivos aproveitam o curso d'água sem consumi-la diretamente, como o lazer, a pesca e a navegação. O consumo indireto de água não gera perda da quantidade.

Grandes usuários de água estão presentes na Bacia do Marapanim, como a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA); PALMASA S.A; fabricas de gelo; empresa de água mineral; indústrias pesqueiras; agroindústrias de açaí, dendê, coco, acerola, fazendas agropecuárias etc.; existem também as cooperativas de pequenos agricultores; açudes de criação de peixes; a Estação Experimental de Psicultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP); produtores de farinha de mandioca e seus derivados.

O corpo hídrico principal da BHRM é o rio Marapanim, cuja nascente principal está localizada no município de Castanhal, segundo a Base Hidrográfica do Estado do Pará (SEMAS, 2019). O rio Marapanim possui extensão total de 135,4 km, desde a sua nascente até a sua foz, no Oceano Atlântico (MENDES, 2023, p.138). Ao longo do seu curso, recebe contribuição dos rios Maú, Braço Esquerdo do rio Marapanim, Mearim, Paramaú, Areal, Piquiá e dos igarapés Ananiteua, Braço Grande, Grota Funda, Mato Grosso e Timboteua. O rio Marapanim atravessa somente o estado do Pará, sendo assim, é classificado como de dominialidade estadual pela Agência Nacional de Águas (ANA, 2013)

As categorias de conflitos são causadas pela disponibilidade da quantidade, da qualidade ou pelo destino do uso. Conflitos de destinação de uso; conflitos de disponibilidade qualitativa e conflitos de disponibilidade quantitativa. (Setti *et.al*., 2001 apud Mendes, 2021). Os conflitos de destinação do uso ocorrem quando a água é usada para destinos determinados por decisões não políticas, independentemente de se basear em preocupações sociais. O que irá retê-los para atender às necessidades sociais, ambientais e econômicas, ou seja, diversos setores com interesse conflitante desejam usar o mesmo recurso hídrico; por exemplo, a retirada de água de reservas ecológicas para irrigação.

Os conflitos de disponibilidade qualitativa se caracterizam pelo uso típico em corpos d'água contaminada. Esses conflitos tem um aspecto vicioso, pois o consumo excessivo reduz a vazão de estiagem e piora a qualidade da água prejudicada pelo lançamento de poluentes.

Essa deterioração torna a água menos adequada para beber. Os conflitos de disponibilidade quantitativa envolvem uma situação em que a disponibilidade se esgota devido ao uso intenso. (Mendes *et.al.* 2021)

Na existência de relações de poder que podem ser mediadas através do maior acesso às informações, aos recursos materiais e/ou financeiros, o conflito atravessa principalmente nessa questões e também à posição social ocupada pelas partes, à sua influência/articulação com setores estratégicos da sociedade (Nascimento, 2001 *apud* Cirilo, 2019, p. 43-44).

Para a quinta pergunta "5. Quais medidas específicas foram implementadas pelo comitê para mitigar impactos ambientais na região?", o que se observa de acordo com as respostas, é que ainda não foi possível executar ações plenas de mitigação de impactos ambientas. Seja pelo pouco tempo do comitê ou por falta de recursos e mão de obra: "Como o colegiado ainda está no seu primeiro biênio de gestão, foi um biênio onde os mesmos estavam se estruturando, porém, a partir da implementação do Plano de Bacia do rio Marapanim, o colegiado terá ações efetivas nos municípios que compõem a bacia." e "As medidas específicas, propriamente ditas, ainda não foram tomadas de fato, muito embora tenha-se recebido muitas denúncias sobre danos na bacia".

Convém destacar que a gestão dos recursos hídricos na região terá como desafio um contexto envolvendo não apenas a disponibilidade de água, mas também as diferentes formas de uso e acesso a água por parte das comunidades locais e também os impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes das atividades praticadas na região. Há uma grande diferença em reconhecer a área da bacia hidrográfica e se identificar com ela. (Cardoso, 2003). Para a autora, ações precisam ser ativadas para desenvolver a capacidade da população de reconhecer o que é uma bacia hidrográfica como objeto de uma gestão coletiva. É necessário que haja um sentido que motive as pessoas e instituições a participar do processo de gestão.

A política hídrica do Estado do Pará obedece a conveniência da orientação ideológica do governo de plantão. Tal afirmativa pode ser exemplificada verificando o CERH/PA, e a secretaria executiva do conselho, dois cargos de confiança do governo do Estado, presididos pelo titular do órgão gestor e pelo diretor de recursos hídricos, ambos de nomeação executiva (Cirilo, 2019, p.204). Outro caso a ser analisado é do atual presidente do CBHRM que disputou a coordenação do colegiado como representante da Prefeitura Municipal de Terra Alta, Pará. Em visita realizada aos técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente os mesmos frisaram que desconhecem a atuação do CBH no município.

Os setores representativos do comitê (poder púlico, usuário e sociedade civil) a luz da Política Nacional de Recursos Hídricos tiram da mão do Estado o monopólio da gestão de um bem público, ocorre que em que medida esses setores definidos na lei correspondem à forma como se constroem as alianças e identidades locais ou mesmo como são estruturados os grupos de interesses em torno da questão da água (Cardoso, 2003, p.73). Tal realidade se constitui extremamente variada e colocam a noção de "interesses" em jogo.

A gestão ambiental no Estado do Pará se enquadra no Modelo Burocrático pois foram criadas inúmeras leis, decretos e portarias, mas de forma hierarquizada e centralizada pelo poder público, com pouca ou total ausência da participaçãoda sociedade civil organizada. (Bordalo e Costa, 2012, p.114 *apud* Cirilo, 2019, p. 204). Silva Junior (2023, p.134) sobre a instituição de marcos legais e institucionais relacionados a política de recursos hídricos, no Brasil e no Pará, vem acompanhando a evolução das preocupações com o meio ambiente e com o uso dos recursos naturais na medida em que se torna evidente a necessidade de mudanças de comportamentos dos atores sociais, políticos e econômicos.

O princípio da subsidiariedade e o instrumento enquadramento são importantes pois a legislação das águas, adota de um modo geral, o princípio da subsidiariedade na atuação do CBH, em que os conflitos, problemas e desafios devem ser resolvidos na escala em que estão ocorrendo através da instância mais próxima da realidade situacional. No caso, o enquadramento é um instrumento da política estadual que integra a gestão das águas com a gestão ambiental, atuando no território da bacia, possibilitando ou restringindo como a água será utilizada de acordo com a classe a ser alcançada ou mantida.

A Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) possui instrumentos de gestão dos recursos hídricos que, possibilitam disciplinar o controle e o uso da água em uma região hidrográfica, além de ter a possibilidade de organizar, monitorar e compartilhar as informações hídricas para os tomadores de decisão e para a sociedade paraense. O quadro 2, apresenta os principais instrumentos da gestão da PERH de acordo com a Lei Estadual Nº 6.381 de 2001, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e como se encontram regulamentados no Estado do Pará.

Quadro 2 – Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos como estão regulamentados no Estado do Pará.

INSTRUMENTOS DA PERH	SITUAÇÃO ATUAL
Plano Estadual de Recursos Hídricos	Está elaborado com seus produtos e diagnósticos
Enquadramento dos corpos hídricos em classes	Ainda não houve o enquadramento das águas do Estado.

Outorga de direito de uso dos recursos hídricos	Encontra-se regulamentado e em vigor.
Cobrança pelo uso da água	Ainda não está ocorrendo a aplicação deste instrumento
Compensação aos municípios	Ainda não se encontra regulamentado.
Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	Encontra-se regulamentado e em vigor.
Capacitação, desenvolvimento tecnológico e educação ambiental	Encontra-se regulamentado e em vigor.

Fonte: Adaptado de Pará (2022). Elaborado pelo autor, 2023.

Decidiu-se por realizar uma análise baseada na abordagem cognitiva das políticas públicas, pois nessa perspectiva pode se conhecer a origem e o sentido da política de recursos hídricos, para melhor compreender os seus desdobramentos. Essa abordagem é entendida como o esforço para analisar as políticas públicas como matrizes cognitivas e normativas, constituindo sistemas de interpretação do rea, no interior dos quais os diferentes atores públicos e privados poderão inscrever sua ação (Muller; Surel, 2002 p. 44 *apud* SILVA JÚNIOR, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações fornecidas, podemos inferir que a gestão da Bacia Hidrográfica de Marapanim está enfrentando uma série de desafios complexos e multifacetados. Estes incluem a ausência de medidas específicas para atenuar os impactos ambientais, a presença de conflitos de interesses entre os membros do Comitê responsável, dificuldades na conscientização acerca da importância do Comitê para a comunidade local e a necessidade premente de fomentar práticas agrícolas e industriais sustentáveis na região.

Após 2**7** anos do advento da Lei das Águas (Lei Federal Nº. 9.433/97) que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), e 22 anos da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Nº. 6.381/01), no Estado do Pará, foi criado o primeiro comitê da bacia hidrográfica do Estado, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM), instituído pelo Decreto Nº. 288, de 3 de setembro de 2019, do Governador do Estado do Pará.

A criação do CBHRM envolvendo 12 municípios da Microrregião do Salgado Castanhal, Curuçá, Maracanã, Magalhães Barata, Marapanim, Igarapé Açu, Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia de Nazaré, colocou a formação de seu comitê como desafio constante que consiste em exercer uma gestão que garanta a harmonia dos usos da bacia em face ao paradigma do desenvolvimento sustentável.

A sociedade civil é um segmento com ampla importância para uma gestão participativa e eficiente das bacias hidrográficas, sendo um dos princípios fundamentais do CBHRM. Importa destacar que a sociedade civil é composta por diferentes sujeitos como organizações civis, movimentos sociais, instituições de pesquisa, entre outros. Dessa forma, é fundamental que esses sujeitos estejam representados e engajados no comitê, contribuindo para a tomada de decisões e a pela elaboração de políticas públicas voltadas para a gestão integrada dos recursos hídrico

Apesar da magnitude desses desafios, há uma evidente tentativa de implementar um Plano de Bacia que possa servir como guia para ações futuras e como instrumento de avaliação do progresso na conservação dos recursos hídricos. A participação ativa dos membros do Comitê e o esforço em buscar conhecimento e capacitação representam aspectos positivos que têm o potencial de contribuir significativamente para aprimorar a gestão da Bacia de Marapanim.

É importante destacar que a superação desses desafios exigirá um esforço conjunto e coordenado de todas as partes interessadas, além de uma abordagem integrada que leve em consideração não apenas as questões técnicas, mas também as dimensões sociais, econômicas e políticas envolvidas na gestão dos recursos hídricos. Somente através de uma abordagem holística e colaborativa será possível alcançar os objetivos de conservação e uso sustentável dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. (Org). **Saberes da experiência, saberes escolares**: diálogos interculturais. Belém: Eduepa, 2016.

ALMEIDA, C. A. et., al. High spatial resolution land use and land cover mapping of the Brazilian Legal Amazon in 2008 using Landsat-5/TM and MODIS data. **Acta Amazonica**, v.46, p.291 - 302, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Comitê de Bacia Hidrográfica**: o que é e o que faz. Brasília: ANA, 2011b. 66p.

ANDRADE, Á. S. et al. Alterações ambientais na Bacia Hidrográfica do rio Marapanim, Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, n. 2, p. 208-2016, 1 abr. 2018.

BENTES, Natalia Mascarenha Simões. *et, al.* A governança participativa da água no comitê da bacia hidrográfica do rio Marapanim na amazônia. **REVISTA JURÍDICA DO NÚCLEO DE ESTUDO LUSO-BRASILERO**. V. 6 | N. 2 | JUL/SET 2021

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. A democracia das águas na sua prática: o caso dos comitês da bacia hidrográfica de Minas Gerais. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, 2003.

CALLAI, H. C. **A geografia e a escola**: muda a geografia Muda o ensino? Terra Livre, São Paulo, n.16, p. 135-152, 1ºsemestre/2001.

CIRILO, Brenda Batista. **ELEMENTO DE BENÇÃO, REGIÃO DE MALDIÇÃO**: uma análise da gestão de recursos hídricos no Estado do Pará. Tese de Doutorado. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO. Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, 1995.

GIL, A. C**. Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARAPANIM. **Relatório da 1º conferência intermunicipal da bacia hidrográfica do Rio Marapanim**, 2016.

MENDES, Ronaldo Lopes Rodrigues; SILVA JÚNIOR, Monaldo Begot da. **Os comitês de bacia hidrográfica como estratégia de desenvolvimento territorial no estado do Pará**. In: ROCHA, Gilberto Miranda Rocha; TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Gestão da água: desafios sociopolíticos e sócio técnicos na Amazônia e no Nordeste Brasileiros. Belém: Numa, 2020. p.141-163.

NICOLODI, J. L.; ZAMBONI, A.; FONSECA BARROSO, G. **Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras no Brasil**: Implicações para a Região Hidrográfica Amazônica. Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management, v. 9, n. 2, p. 9–32, 2009.

OLABUENAGA, J. I & ISPIZUA, M. A. **La descodificacion de la vida cotidiana**: metodos de investigación cualitativa. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989. Tradução nossa.

OLIVEIRA, José Clóvis Pereira de. **O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados**: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. III Congresso Nacional de Educação, 2016. Disponivel em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf. Acesso em 05 de abril de 2024.

OLIVEIRA, Lívia de**. Percepção da paisagem geográfica**: Piaget, Gibson e Tuan. Geografia, Rio Claro, Vol. 25 (2): 5-22, agosto 2000

NICOLODI, J. L.; ZAMBONI, A.; FONSECA BARROSO, G. Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras no Brasil: Implicações para a Região Hidrográfica Amazônica. **Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 9, n. 2, p. 9–32, 2009.

NUMA/UFPA. **Caderno de Mapas da Bacia do Rio Marapanim**. Organizadores: Ronaldo Mendes/Daniel Soares/Marcos Quintairos. Universidade Federal do Pará, 2022.

PARÁ. **Decreto nº 288, de 3 de setembro de 2019**. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, nº 33.971, de 04 de setembro de 2019.

SILVA JUNIOR, M. B. DA *et al*. A POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS NO CONTEXTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAPANIM NO PARÁ. **Revista Eletrônica Para Onde!?,** v. 17, n. 1, p. 125–147, 2023.

Termo de Referência - TDR. **Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim/PA**. Belém. 2022

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

Recebido em: 24/05/2024
Aprovado em: 31/07/2024
Publicado em: 04/09/2024